

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO FASCISMO

Rodrigo Maiolini Rebello Pinho*

CIERI, Alejandro Andreassi e ARBEIT MACHT FREI. *El trabajo e su organización en el fascismo (Alemania e Itália)*. Barcelona, El Viejo Topo/Fundación de Investigaciones Marxistas, 2004.

De te fabula narratur. É a advertência de Marx aos alemães que poderiam alegar que, por ser fundamentado na compreensão da economia inglesa, *O Capital* nada teria a ver com os alemães. A resposta é vigorosa: “A história é a teu respeito!” A história trata de nós porque são os homens que fazem sua própria história. A barbárie fascista e a barbárie atual, assim, nos dizem respeito, porque são feitos humanos, produtos da ação de indivíduos postos em situações sociais historicamente determinadas.

É nesse sentido que deve ser afirmada a importância da obra do argentino radicado em Barcelona, Alejandro Andreassi Cieri.¹ Obra que coloca na ordem do dia a compreensão, socialmente necessária, das atrocidades humanas praticadas na Itália e Alemanha. Obra de caráter *referencial*, que fornece diretrizes para o entendimento do indivíduo do século XX, tempos de enorme desenvolvimento e extermínio, de avanço e sordidez, em que “trabalho e guerra se mimetizaram”.

Em diversos sentidos, pode ser considerado um livro de raras qualidades.

Em primeiro lugar, porque se trata de um estudo *sério*. Revela uma intensa pesquisa documental, com fontes da época, encontradas nos mais diversos arquivos; as referências bibliográficas também são extensas e sempre analisadas com propriedade, de forma crítica/precisa. A erudição do nosso cardiologista historiador é profunda, o que fica evidenciado por suas citações na língua original (inglês, italiano, francês e alemão) e pela seleção de documentos preciosos. Isso é complementado com o rigor, amplamente desqualificado como prática velha, do uso de grande número de pertinentes notas de rodapé.

Raro, ainda, por ser um livro *corajoso*. O professor catalão é firme ao propor, abertamente e citando, críticas certeiras a intelectuais como Heidegger e Nietzsche, hoje elevados aos céus e avaliados como revolucionários. Andreassi, pelo contrário, aponta, de forma fundamentada, como Nietzsche se insere nos “círculos da modernização conser-

vadora” e “autoritária” da Alemanha do XIX. Mostra, ademais, a profunda vinculação de Heidegger – expondo a linha de continuidade histórica que o une a Nietzsche – com o nazismo, ao analisar suas reflexões sobre a técnica.

Esse livro também destoa por preencher, no geral, um requisito de um trabalho com rigor: o cuidado com o texto. Não bastasse isso, o autor também se afasta da historiografia atual, abarrotada de interpretações tópicas e superficiais, em seu procedimento constante de expor, através de mediações, a inserção de particularidades no interior de uma dada realidade nacional, que, por sua vez, configura-se parte da história mundial. Busca, então, analisar a relação das dimensões diversas da vida social, as diferentes relações sociais específicas, em um complexo integrado de mediações.

A “hipótese principal deste ensaio postula que no *fascismo* se intensifica o caráter central que o trabalho humano possui sob o *capitalismo* como mediador social e gerador de valor, até converter-se em categoria que abarcava a sociedade reorganizada [...] em componente da natureza humana [...] e não o conjunto de práticas e idéias geradas no processo de produção cultural e de devenir histórico”. Essa tese se desenvolve “mediante a análise do contexto cultural e político que se desenvolve antes da primeira Guerra Mundial e no período de entreguerras” (p. 9, grifos nossos).

Daí que Cieri nos mostra como foram se desenvolvendo “sistemas de organização de trabalho” e – como mediações postas no mesmo movimento – concepções sobre o trabalho, tendo a história alemã, do fim do XIX até a segunda Guerra Mundial, como fio condutor.² Nesse sentido, as propostas objetivas de homens como Nietzsche e Heidegger, por exemplo, são explicadas como parte da “*Sonderweg*” da Alemanha, ou seja, o percurso particular e diferenciado da transformação alemã em potência industrial e militar nas primeiras décadas do século passado. Nesse sentido, como constituintes de uma trajetória específica: um desenvolvimento industrial que decolou aproximadamente no último quarto do século XIX, já nos marcos da segunda revolução industrial, com forte participação do Estado e íntima conexão com a ciência.

Do início ao fim, o autor afirma sua adesão à frase de Horkheimer: “é impossível falar de fascismo sem falar também de capitalismo”. Conseqüentemente, não se pode falar do nazismo sem falar da forma específica de desenvolvimento da industrialização alemã. Isso porque o fascismo é tratado como “expressão de uma forma de produção capitalista” (p. 465).

Assim, o autor explica como se desenvolve, na Alemanha, um processo de modernização industrial conservadora, representada nos “círculos do conservadorismo autoritário” por seus filósofos, que propunham a “crítica da Razão”, “uma recusa das idéias e princípios vinculados à Ilustração”: a “negação de uma condição humana universal”

pela naturalização das desigualdades sociais, a rejeição da possibilidade de conhecimento racional pela afirmação da intuição. Esse processo, inaugurado no decorrer da segunda metade do XIX, desemboca, com a correspondência das propostas filosóficas objetivas de seus intelectuais, no nazismo.

Como dissemos, o livro consiste na exposição da organização do trabalho e sua expressão teórica no fascismo por meio da análise do desenvolvimento das condições que nela culminaram. O ponto de chegada e o centro da obra, portanto, encontram-se no título: “O trabalho e sua organização no fascismo”. Aqui, então, nos deteremos nele.

Ao afirmar que o homem deve se “deixar dominar pela essência da técnica”, compreendida como um “desocultamento da natureza” – o que implica considerar que a essência da técnica não é o homem (a atividade humana em movimento) – o filósofo Heidegger, que pertenceu ao partido nazista, afirma “a necessária sujeição às leis que permitem revelar uma essência que está fora de si”. Em suma, na “aparente crítica heideggeriana à tecnologia e à modernidade”, a “pretensão de liberdade é resolvida mediante o reforço da alienação” (p.188), da afirmação da subjugação humana. Essa compreensão da técnica é formada no contexto de efetivação de um projeto imperialista de aceleração do desenvolvimento industrial, com a finalidade de tornar a Alemanha uma potência hegemônica na Europa, pela conquista de mercados através da guerra (ampliação da “esfera de influência”). A sua realização exigia o funcionamento de um amplo “complexo militar-industrial” (tecnologia-exterminio), a consolidação de um “capitalismo armado”, a estruturação da vida social centrada – direta e indiretamente – na fabricação da morte. Morte que se dava no *front*, nos campos de concentração e até no interior de fábricas.³

A burguesia alemã encontrou no nacional-socialismo a alternativa necessária para concretizar seus interesses, vislumbrando uma futura hegemonia industrial européia ou até mundial. Essa aliança do empresariado com a direção política nazista se expressa na instalação de fábricas dentro de campos de concentração. O *método* era estimular a produtividade pelo terror sórdido: trabalhadores que estivessem produzindo abaixo das metas tinham sua alimentação reduzida, havia enforcamentos no próprio espaço fabril. Para os trabalhadores que aumentassem a produtividade concediam-se “prêmios” abjetos: a IG, por exemplo, dava a possibilidade de freqüentar o bordel do campo de concentração. Forja-se uma odiosa situação de uma sociedade centrada na vinculação efetiva de *trabalho* e *genocídio*, o que se coloca, como já dito, no bojo de um projeto imperialista de hegemonia industrial pela conquista militar de mercados. O autor considera que trio-sócio Heidegger-Krupp-Hitler sintetiza a íntima vinculação de ciência-estado-empresariado para a efetivação de uma dada organização do trabalho, que conectava *tecnologia* com *trabalho forçado*.

Lembremos que o fascismo não era apenas uma ideologia ou um Estado autoritário, mas sim a “expressão de uma forma de produção”, portanto, a expressão de uma certa organização da atividade social que tinha o trabalho escravo como parte essencial. A necessidade conjuntural que motivou a introdução ampla da exploração forçada do trabalho (entrelaçada com o trabalho “livre) foi a escassez da força de trabalho requerida para sustentar/movimentar o “capitalismo militarizado alemão” durante a segunda Guerra Mundial (mais especificamente entre 1941 e 1942, com a contra-ofensiva russa e com Albert Speer como Ministro). Em 1944, o uso forçado de trabalho estrangeiro chega a representar 21% da força de trabalho envolvida na construção da indústria do genocídio.

O uso dessa forma de trabalho não foi, portanto, uma exceção, um caso à parte. Pelo contrário, a combinação trabalho livre-trabalho forçado fazia parte da regra, era elemento orgânico da forma nazista de organização da atividade produtiva. Daí que sua utilização “se erigia como um projeto sistemático e de largo alcance para *sua aplicação no pós-guerra* e em tarefas civis” (p. 426, grifos nossos) com a finalidade de manter a hegemonia industrial alemã.

A aliança estado-empresários fica clara pela descrição de seus *métodos* de estruturação do trabalho forçado. A *Schutzstaffel* (tropa de defesa), a SS nazista, era responsável pelo recrutamento (coercitivo) dos trabalhadores forçados que depois viriam a ser selecionados pelos executivos, o que, concomitantemente, demonstra a forte “intervenção do estado na atividade produtiva” e uma intensa “privatização do Estado”. O autor descreve uma cena brutal, “evocadora de um mercado de escravos”, em que os prisioneiros eram deixados em praças públicas, fiscalizados pela SS, enquanto os empresários iam à praça para selecionar os que consideravam serem os mais aptos para trabalhar em suas fábricas, como Siemens e Daimler Benz.⁴ Isso mostra claramente como na barbárie nazista estavam associados elementos de extrema *regressividade social* com *tecnologia avançada*.

O ocultamento liberal clássico da exploração do trabalho pela suposta igualdade entre contratantes (o trabalho “livre”), é substituído pela afirmação da desigualdade biológica dos contratantes *forçados*. A igualdade burguesa formal, abrangente de todos setores sociais, é abolida e substituída pela declaração da desigualdade como natural.

O fascismo significa um retrocesso dentro do próprio processo de construção da sociedade burguesa, o que se revela no uso do trabalho forçado e, também, na negação da democracia (mais um aspecto anti-iluminista). Negação que advém, para o autor, do fato de que o caráter progressista da República de Weimar era resultante da “revolução alemã” de novembro 1918, cuja lembrança causava enormes temores nos setores que viriam a sustentar o nazismo.

A negação da democracia assumia o contorno de afirmação de uma pretensa ciência, que congregava *noções biologistas* (a composição social, naturalmente hierarquizada, determinada pela biologia) e os princípios da *gerência científica do trabalho* (taylorismo, que na Alemanha é configurado pelo surgimento da Ciência do Trabalho – *Arbeitswissenschaft*). No nazismo, tais princípios são levados ao extremo – não só pelos cientistas, mas por sua efetivação na própria organização social do trabalho através da mencionada vinculação extermínio-productividade, mas sua composição é anterior: “Provavelmente a substituição da democracia pela ciência foi o traço ideológico mais duradouro da burguesia finissecular no âmbito da cultura política” (p. 19).

Ideologicamente, a ação conjunta empresariado-Estado é representada pelos termos *Betriebsgemeinschaft* (comunidade empresa) e *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional). A comunidade nacional se organizava através de sua célula básica, a comunidade empresa. Para a comunidade nacional seu *Führer*, para a comunidade-empresa seu *Betriebsführer*. A comunidade nacional se realiza, de fato, por uma certa organização do trabalho constituída pelo/no esforço bélico de expansão imperialista, apontando para uma “futura” hegemonia industrial alemã. Ou seja, a comunidade nacional se realiza pela extrema desumanização/extermínio dos trabalhadores e dos considerados “associais”.

“Se isto é loucura, pelo menos há método nisso! (Hamlet). O método empregado foi o método da violência, da subjugação, da manipulação”.⁵ O livro de Andreassi Cieri nos explica qual foi a lógica social, (des)humana, portanto, da loucura nazista. Depois de lida a obra, fica difícil pensar que tenha existido um momento de maior degradação social na história da humanidade do que a barbárie nazista. Insanidade que assume forma no “sarcasmo sinistro” da placa, que dá título ao livro, colocada nos campos de concentração: “O trabalho liberta [*Arbeit macht frei*]”.

Que o livro do marxista Alejandro Andreassi Cieri nos encoraje e potencialize para nos contrapor à *indiferença geral*, afirmando que “Nenhum homem é uma ilha, um ser inteiro em si mesmo [portanto] também a morte de um único homem me diminui, porque eu pertencço à Humanidade. Portanto, nunca procure saber por quem os sinos dobram. Eles dobram por ti!”⁶

Notas

* Formado em Direito e mestrando do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP.

¹ O autor é formado em Medicina e Cirurgia e doutor em Filosofia e Letras pela Universidad Autónoma de Barcelona, com a tese *Movimiento huelguístico y socialismo en Argentina (1895-1910)*. Também é autor dos livros *Libertad también se escribe en minúscula (Anarcosindicalismo em Sant Adrià de Besòs,*

1925-1939), Barcelona, Editorial Hacer, 1996; *La rebelión de los metecos. Conflictividad laboral y social em Buenos Aires, 1895-1910*, Barcelona, CIMS, 1997; além de diversos artigos e colaborações em obras coletivas. É professor do Departamento de História Moderna e Contemporânea da UAB e, atualmente, investiga a organização do trabalho na ditadura franquista.

² O fascismo na Itália é também analisado no livro, mas a ele é dedicado menor espaço. Aqui faremos poucas menções ao caso italiano porque o fio condutor seguido pelo autor, como dito, é a história alemã.

³ O autor menciona a existência da prática de enforcamento de trabalhadores no interior de fábricas como meio de, pelo terror, controlar a força de trabalho com o fito de impossibilitar a resistência e elevar ao máximo o rendimento.

⁴ “Observo os judeus de acordo com sua condição física. Geralmente escolho os mais jovens, porque penso que serão mais aptos física e mentalmente para nosso trabalho com as máquinas [...] Inevitavelmente os separam de suas famílias. Sucedem-se cenas traumáticas [...] Os judeus levam com eles seus pertences. Os homens das SS estão providos de bastões de madeira e golpeiam os judeus com eles” (p. 425).

⁵ RAGO F.º, Antonio. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. Tempo de Ditadura, *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14/15, Campinas, AEL, primeiro e segundo semestres, 2001, p. 198. Em seu devido contexto, a frase trata da carga social da repressão da ditadura militar brasileira.

⁶ Trecho de um sermão do poeta e padre inglês John Donne (1572-1631). Foi daí que Ernest Hemingway (1899-1961) extraiu o título de sua obra *Por quem os sinos dobram* (1940), um retrato dos dilemas brutais da guerra civil espanhola.